



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

COMISSÃO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA

ACÓRDÃOS N.º 575/2023

TRIBUNAL PLENO – TCE/AM



ACÓRDÃO Nº575/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11946/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Manaus Previdência – MANAUSPREV.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Daniela Cristina da Eira Correa Benayon (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Rafael da Cruz Lauria - OAB/AM 5716.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1193/2023-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Manaus Previdência - MANAUSPREV. Exercício de 2021.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Manaus Previdência - MANAUSPREV, referente ao exercício de 2021, de responsabilidade da **Sra. Daniela Cristina da Eira Correa Benayon**, Diretora-Presidente e Ordenadora de Despesas, nos termos dos arts. 1º, II, “a”, e 22, II, da Lei nº 2.423/96, c/c o art.188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Recomendar** à Manaus Previdência - MANAUSPREV que promova esforços para conciliar e balancear mensalmente direitos e obrigações registrados em suas demonstrações contábeis, em especial, os valores mantidos nas contas de obrigações, anteriores ao exercício de 2019, de forma a evitar a utilização do instituto da prescrição prevista no CTN;
- 10.3. **Determinar** à próxima Comissão de Inspeção da Dicerp verifique as providências tomadas pela MANAUSPREV, em relação à recomendação do item 10.2;
- 10.4. **Dar ciência** à **Sra. Daniela Cristina da Eira Correa Benayon**, com

MLNQ/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM



ACÓRDÃO Nº575/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

cópia do Relatório/Voto e do Acórdão correspondente;

10.5. Arquivar o processo, após expirados os prazos legais.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de março de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral